MANDATO 2017/2021

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE S. JOÃO DA MADEIRA

ATA Nº 07/2018 - MARÇO

--- **DATA DA REUNIÃO**: Seis de março de dois mil e dezoito. ----------

--- **LOCAL DA REUNIÃO**: Sala das Reuniões, sita no primeiro piso do edifício da Câmara Municipal. ----------

--- **PRESIDIU**: Senhor Presidente da Câmara Municipal. ----------

--- **PRESIDENTE**: Jorge Manuel Rodrigues Vultos Sequeira, presente. ----------

--- **VEREADOR**: Paulo César Lima Cavaleiro, presente. ----------

--- **VEREADOR**: Irene Maria Silva Guimarães, presente. ----------

--- **VEREADOR**: Paula Margarida Pires Gaio Kulzer, presente. ----------

--- **VEREADOR**: Dulce Maria Azevedo de Pinho Santos (em substituição de Maria de Fátima Pereira Moreira dos Santos Roldão), presente. ----------

--- **VEREADOR**: José Nuno Lopes Dias Vieira, presente. ----------

--- **VEREADOR**: Pedro Miguel Ribeiro da Silva, presente. ----------

--- **HORA DE INÍCIO DA REUNIÃO**: Dezassete horas e trinta minutos. ----------

--- **SECRETARIOU**: Maria Madalena Soares de Pinho. ----------

---

CÂMARA MUNICIPAL DE S. JOÃO DA MADEIRA
REUNIÃO DE 22/03/2018
A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a
Não participou na votação a Sra Vereadora Fátima
Roldão, por não ter estado presente nesta reunião.

A CÂMARA.

--- O senhor Presidente declarou aberta a reunião e, de imediato, solicitou aos munícipes que se encontravam presentes que apresentassem as suas intervenções, se assim o desejassem. Registaram-se cinco inscrições. ----------

---

PONTO 1 – PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

— O senhor Manuel Pinho lamentou que na capela mortuária junto à igreja esteja a entrar água quando chove. Felicitou ainda o senhor Presidente por ter mandado arranjar o telhado da escola EB 2/3. Pediu para que fosse melhorada a iluminação no Parque de Nossa Senhora dos Milagres para haver mais segurança, bem como o arranjo das ruas. Chamou à atenção para o mau estado em que se encontram as passadeiras. Alertou para o mau estado de conservação em que se encontra um prédio na Rua Visconde, perto do supermercado "Pingo Doce". ----------

— A senhora Ana Couto, referindo-se a um documento sobre o Serviço Municipal de Proteção Civil disponível no *site* da Câmara Municipal, perguntou ao senhor Presidente como pensava implementar o previsto nas alíneas d) e e) do ponto dois, a saber: "alínea d) promover a informação e formação das populações visando a sensibilização em matéria de intervenção, proteção e colaboração com as autoridades"; "alínea e) promover ações de prevenção relativamente à ocorrência de riscos". Manifestou ainda a vontade de receber este documento através do correio. ----------

Perguntou também para quando a implementação do projeto "Oficina do Idoso" e do "Programa Sénior Ativo", dando como exemplo um projeto semelhante levado a cabo no município de Oliveira de Azeméis, através da Associação de Melhoramentos Pró-Outeiro. ----------

--- O senhor Daniel Silva, referindo-se a um Edital, de 28 de fevereiro de 2018, sobre o aumento da tarifa de resíduos sólidos, e uma vez que os aumentos

normalmente reportam-se a janeiro, perguntou porquê em fevereiro e a que se deveu este aumento. ----------

Referindo-se ainda ao evento "Oliver Beer Mind" que se irá realizar este ano, disse que no ano passado fez uma sugestão em forma de reclamação para aperfeiçoar o mesmo porque no local onde se fazia este evento colocavam crianças da parte de trás do palco onde havia pessoas a beber. Entregou cópia da reclamação referida. Disse ainda que convinha haver mais segurança e mais luz no respetivo parque de estacionamento. ----------

--- O senhor José António Santos Pinho solicitou que, à semelhança de anos anteriores, fosse feita este ano a limpeza de um terreno existente nas traseiras do prédio onde habita, sito à Rua Camilo Castelo Branco. ----------

--- A senhora Rosário Gestosa alertou para a necessidade de se melhorarem as condições das escolas do 1º ciclo para que seja possível uma melhor prática da atividade física e motora. Alertou ainda que poucas ou nenhumas escolas da cidade oferecem condições, levando a que as atividades físicas e motoras acabem por nem sempre se realizar. Referiu ainda que, no âmbito das AEC - Atividades Extra Curriculares, promovidas pela Câmara Municipal, se deveria alargar o leque de atividades. ----------

--- O senhor Presidente, quanto às intervenções dos senhores munícipes, respondeu: ----------

--- Relativamente ao senhor Manuel Pinho, menciono que a obra que está em curso na EB/2.3 é da responsabilidade da DGEST. Iremos analisar as questões que aflorou, algumas delas até já estão em apreciação pelos serviços. ----------

--- Quanto à senhora Ana Couto, no dia da Proteção Civil, que foi no dia um de Março, decidimos assinalar esse dia com uma publicação no facebook de um conjunto de recomendações em matéria de proteção civil. No facebook temos

divulgado na íntegra os avisos que a Proteção Civil dirige à população e, brevemente, iremos reunir a Comissão Municipal de Proteção Civil para estruturamos outro conjunto de iniciativas. Relativamente ao Programa Sénior Ativo, o programa já está desenhado em termos de calendário de ações e já ocorreram duas experiências piloto. Uma delas, na passada sexta-feira, com uma visita de idosos ao Núcleo de Arte da Oliva, essa experiência foi antecedida por uma visita também aos nossos Museus, que envolveu o Museu da Chapelaria, que envolveu idosos, digamos, o lançamento público da iniciativa ainda não aconteceu, mas já temos uma proposta de calendário, os nossos serviços já convidaram alguns dos idosos a ir fazer estas visitas e o acolhimento às visitas tem sido extraordinário. O projeto que mencionou, de Oliveira de Azeméis, tem, no fundo, a estrutura e a natureza do projeto que nós mencionámos no nosso programa eleitoral, que é o projeto da "Oficina do Idoso", que está também em estruturação. ----------

— Relativamente ao senhor Daniel Silva, o aumento da tarifa de resíduos sólidos ocorre anualmente por aplicação dos índices de inflação, é uma atualização ordinária, e ocorreu nesta altura que é justamente a altura em que normalmente ocorre todos os anos. Quanto ao Oliva Beer Mind, tomámos nota do que disse e vamos ver quais são os condicionamentos que devem existir em termos de frequência etária nesse evento. Agradeço a sugestão. ----------

--- O senhor José já não está presente, mas tomamos nota do que referiu. ----------

--- Relativamente à última intervenção, tomámos boa nota daquilo que mencionou, vamos levar em consideração, sendo certo que, quanto às AEC´s, estamos a estudar o modelo das AEC´s a aplicar para o próximo ano, indo justamente ao encontro de algumas das questões que mencionou, é um compromisso que temos de reinventar ou reestruturar o modelo das AEC´s, também com as associações.

Grande parte das questões que mencionou estão em estudo na Divisão de Educação para implementação logo que possível. ----------

---

PONTO 2 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

--- O senhor Vereador Paulo Cavaleiro interveio dizendo: Saiu uma notícia no jornal "Público" sobre uma intervenção que vai ser feita no Porto, junto à Estação de S. Bento, e numa parede existe uma referência à Oliva. Já em tempos houve contactos com responsáveis pela área da Cultura da Câmara Municipal do Porto no sentido de encontrar uma solução para preservar aquela referência, ou retirá-la e nós podermos aplica-la cá, ver qual a melhor solução. Foi ontem anunciada a intervenção naquele espaço e era importante que a Câmara pudesse tomar a iniciativa de procurar preservar aquela memória, que está num sítio nobre da cidade do Porto, mas que com a intervenção deixará de ser visível, ou poderá ser destruída. Era oportuno que a Câmara pudesse ter uma iniciativa de forma a garantir que essa memória da Oliva, que era uma referência em termos de Design, a grande estratégia de marketing que essa empresa teve devia ser preservada por nós. ----------

--- Outra questão tem a ver com alguns dos despachos que o senhor Presidente fez, alguns deles temos vindo a falar, mas quer-me parecer que os prazos que foram dados para que estivessem concluídas algumas das ações foram ultrapassados. Recordo a questão dos sem-abrigo: houve uma vaga de frio e não me parece que o assunto esteja tratado. Quem trouxe o assunto para a agenda foi o executivo e, portanto, era importante percebermos qual é o ponto de situação. -- E há um em concreto - que se falou na Assembleia Municipal desse assunto e a forma como o senhor Presidente respondeu não me pareceu a mais correta -, tem

a ver com o *site* da Câmara Municipal. Nós podemos sempre ser acusados de anunciar coisas antes do momento eleitoral, que estamos a fazer eleitoralismo! E nós, na anterior gestão, fizemos uma opção de não fazer. Havia várias iniciativas que podíamos ter tomado porque estavam incluídas no momento antes das eleições, o caso, por exemplo, da apresentação do projeto do mercado, era uma coisa que esteve calendarizada e depois optámos por não fazer. E outras iniciativas que ocorreram que nós preferimos não o fazer por causa dessas questões que são sempre colocadas nesses momentos. Recordo-me, por exemplo, que andávamos a colocar algum tapete nos arruamentos que depois continuou com o atual executivo, e que já vinha sendo colocado várias vezes em várias ruas, mas porque houve uma ou outra rua que teve uma intervenção naquela altura foi logo dizer que estavam a fazer isto porque vinha aí as eleições! E não teve nada a ver, aquilo era uma intervenção que já estava a decorrer há bastante tempo. ----------

--- E relativamente ao *site* da Câmara, esta Câmara tem todo o direito, como é óbvio, de fazer as alterações que entender. Agora, nós, no anterior executivo, deixámos concluído um trabalho que precisaria de mais uns dias apenas de carregamento da anterior informação. Eu percebo que o executivo queira dar-lhe outro relevo relativamente às questões de transparência ou outras, mas isso..., muitas vezes estamos a falar de links não estamos a falar da estrutura base. E nós deixámos uma estrutura nova, porque é verdade, e que demorámos algum tempo a trabalhar numa solução para termos uma solução que fosse já à altura do nosso tempo. Quando fizemos um *site* há muitos anos atrás - curiosamente teve a participação do ex-candidato do PS à Câmara, Luís Ferreira - teve na altura uma lógica, depois há coisas que dão para evoluir e há outras que vão-se mantendo. Trabalhámos numa solução base, acho que a solução é boa, tem até já uma

particularidade de ter uma boa plataforma para as pequenas intervenções e participação dos municípios, estava isso acoplado. Termos permitido que o novo executivo, fosse ele qual fosse, pudesse ter uma estrutura para inaugurar, podemos dizer assim, acho que é positivo. Estou a fazer esta intervenção para que fique claro que, no nosso entender, ficou uma boa proposta que faltava agora "lançá-la". Era basicamente o que nós entendíamos que faltava. Como é óbvio que qualquer executivo novo tem as suas ideias, tem os seus objetivos, pode destacar mais este ou aquele assunto e aquela plataforma permite isso. Nós deixámos uma coisa pronta a lançar e podíamo-la ter feito quinze dias antes das eleições, não o fizemos porque achamos que não devia ser assim, e, portanto, acho que também não devemos ser penalizados por isso. A estrutura, montámo-la, fizemos, foi financiada, é uma solução que é muito à frente daquilo que nós temos hoje porque os tempos hoje são outros, como é óbvio, e daqui a um ano ou daqui a dois provavelmente - da forma como a Internet e a evolução da tecnologia está a acontecer - teremos necessidade de ter novas soluções noutras áreas. É sempre assim o tempo da evolução, neste momento então na área da tecnologia é muito rápido. As plataformas têm essa realidade. Mas o que eu queria deixar claro, senhor Presidente, é que eu acho que o trabalho que fizemos estava bem feito, tinha uma boa estrutura e que pode ser acrescentada esta parte, aquela parte, destacar mais esta ou aquela. Fizemos um trabalho de base desenvolvido pelos serviços da Câmara, depois construímos aquela solução com uma empresa que está sedeada em S. João da Madeira - tem essa vantagem também, a proximidade é aqui um fator positivo - quanto mais rapidamente esse assunto estiver resolvido, mais rapidamente também os sanjoanenses estarão a beneficiar de algo que foi pensado

sobretudo para melhorar a eficácia da relação da Câmara com os munícipes sanjoanenses e com aqueles que vivem cá. ----------

Queria também deixar isso claro porque às vezes é-se preso por ter cão e preso por não ter. Se tivéssemos feito uma inauguração ou lançado aquele projeto a quinze dias das eleições iam dizer: cá estão estes tipos que só fazem as coisas porque vêm aí as eleições! Como optámos por não o fazer e deixámos as coisas para quem viesse a seguir, fosse quem fosse na altura, pudesse trabalhar, melhorar, acrescentar ou concretizar o que já estava feito, também somos agora penalizados porque entretanto já passaram quarenta dias para ter uma solução e penso que esse prazo já está ultrapassado! ----------

--- O senhor Vereador Pedro Silva interveio dizendo: não concordo quando o Vereador Paulo Cavaleiro diz que é um projeto pronto a lançar, porque hoje, dia seis de março, ainda estou à espera que o Chefe de Divisão do Desporto, que é o mesmo que era antes, forneça os conteúdos da área do desporto, por isso, a própria área do desporto ainda estava por completar, não estava pronta a lançar porque ainda estamos a fechar essa parte. Não se pode dizer que está pronto a lançar quando ainda é esqueleto e é preciso alimentar com os conteúdos e, por exemplo, a área do desporto ainda está atrasada e não estava pronta. ----------

--- O senhor Presidente interveio seguidamente, dizendo: Agradeço a informação referente à Oliva, vamos contactar a Câmara Municipal do Porto, de imediato. -----

--- Relativamente à questão dos despachos: o despacho sobre os sem-abrigo mencionava dois *timings*, os serviços deram as respostas no prazo adequado, subsequentemente, começámos a interagir com os serviços e com as IPSS´s que acompanham cada uma dessas pessoas para estruturar os planos individuais de reabilitação. Foram sinalizadas catorze pessoas sem-abrigo, há duas semanas

tivemos uma reunião em que analisámos a situação individual de cada uma dessas pessoas com os técnicos que acompanham essas pessoas. Estamos a fazer uma monitorização pessoa a pessoa. Há quinze dias, dessas pessoas que estavam sinalizadas como sem-abrigo, apenas tínhamos cinco em situação técnica de sem-abrigo, algumas vivendo em casas abandonadas, dois casos, os mais críticos que têm já propostas de internamento compulsivo porque têm problemas de saúde mental, os dois casos mais difíceis que os próprios serviços e as IPSS´s têm muita dificuldade em dar-lhe respostas porque há recusas de colaboração e também dificuldade do próprio Ministério Público em conseguir internamento compulsivo. Mas nós temos essa situação toda sinalizada. Tivemos também depois uma reunião com o senhor diretor técnico da Santa Casa da Misericórdia para dar sequência aos trabalhos e na sexta-feira recebemos um novo relatório da Santa Casa da Misericórdia, que tem dois núcleos de acompanhamento e que acompanha aquelas pessoas que, neste momento, estão sem cobertura. Recebemos um relatório com um plano mais detalhado individual de reabilitação e com uma proposta de constituição de um núcleo municipal de acompanhamento e de apoio aos sem-abrigo É um relatório que agora vamos analisar com serviços de Ação Social. ----------

Relativamente à vaga de frio: quando foi anunciada a vaga de frio dei instruções aos serviços para ser elaborado um plano de contingência, que foi elaborado, foi feita uma visita a todos os sem-abrigo, pelos serviços, foi desenhado, reduzido a escrito, aprovado e articulado um plano de contingência para acautelar essa vaga de frio. Não divulgaremos os dados pessoais das pessoas, mas os senhores Vereadores terão acesso a esse documento sempre que o queiram, embora nós

entendamos que não podem ser de divulgação pública. Se quiserem poderão ter acesso a esses documentos e a acompanhar todo o processo. ----------

--- Relativamente à questão da transparência: no despacho dava um prazo à Divisão de Modernização Administrativa para apresentar um relatório em matéria de conteúdos, de transparência, de procedimentos, esse relatório já está finalizado e está para minha apreciação. Relativamente ao *site*, não foi minha intenção criticar o andamento dos trabalhos da anterior Câmara quanto à construção do *site*, apenas quis sinalizar o ponto de situação em que encontrámos o *site*, já tínhamos um projeto de *homepage* finalizado, demos instruções para ser modificado e hoje mesmo recebi uma proposta de *site mape*, no meu *email*, dos serviços, com a menção de um conjunto de tarefas que ainda é necessário levar a cabo. A convicção que tenho é que não estaria imediatamente pronto para arranque quando tomámos posse, em termos mesmo de estruturação completa do *site*, falta adquirir uma plataforma para gestão dos *e-mail listing*, *news letters*, um conjunto de outros procedimentos. Também é nosso o interesse de o mais rapidamente possível lançar o *site* e isso acontecerá efetivamente o mais rapidamente possível e aceitamos todas as sugestões de melhoria. ----------

--- O senhor Vereador Paulo Cavaleiro, ainda relativamente a este assunto, disse: Eu já participei na construção de um *site* novo e é um processo de construção que no dia em que estiver para lançar, não estará pronto, é preciso ter noção disso. Tendo a plataforma carregava-se o que existia, era isso que nós dizíamos que estava pronto, e depois iríamos complementando porque é um processo que nunca está terminado, há sempre coisas novas a surgir, é esse o espírito. Nós tínhamos uma plataforma pronta para ser carregada com os conteúdos existentes e que depois teria sobretudo caminhos diferentes e outras novas soluções. É disso que

estamos a falar. Porque se nós estivermos à espera de ter tudo...! Esse conjunto de serviços que acabou de falar são serviços extra que têm a ver com uma *news letter*, tem a ver com a quantidade de *e-mails* que se poder enviar, porque há limites de quantidades para não passarem para spam. Se nós estivermos à espera que os serviços tenham tudo concluído, vai ver que os prazos se calhar não são aqueles que nós prevemos, mesmo dando uma determinada folga. Depois de ter uma base é que se vai complementando aquilo que foi a estrutura que se criou porque efetivamente o desenho do mapa de um *site* é quase uma forma de organização do serviço. Basta, por exemplo, o executivo ter vereadores que tenham outras competências distribuídas para haver coisas que se calhar faziam mais sentido numa lógica e que agora fazem outro. É importante ter prazos para concretizar, mas é também muitas vezes difícil prever os *timings* para concretizar algumas das propostas que temos, porque efetivamente juntar as peças e fechar o puzzle é muitas vezes mais difícil do que aquilo que nós prevemos. Mas ter *timings* é importante, no caso do *site* já podia estar concluído esse processo. ----------

--- O senhor Presidente respondeu: Vamos estar atentos. Como disse, hoje recebi a proposta dos serviços, do mapa do *site*, vamos agora apreciá-la e, como é evidente, o mais rapidamente possível vamos lançar o *site*. ----------

---

3 – APROVAÇÃO DAS ATAS Nºs 3, 4 E 5/2018

--- Previamente distribuída por todos os elementos da Câmara Municipal, foi aprovada, por unanimidade, a ata da reunião ordinária realizada no dia 23 de janeiro de 2018 – ata nº 03/2018. Não participou na aprovação a senhora Vereadora Dulce Santos por não ter estado presente nesta reunião. ----------

--- Previamente distribuída por todos os elementos da Câmara Municipal, foi aprovada, por unanimidade, a ata da reunião ordinária realizada no dia 06 de fevereiro de 2018 – ata nº 04/2018. Não participou na aprovação a senhora Vereadora Dulce Santos por não ter estado presente nesta reunião. ----------

--- Previamente distribuída por todos os elementos da Câmara Municipal, foi aprovada, por unanimidade, a ata da reunião ordinária realizada no dia 20 de fevereiro de 2018 – ata nº 05/2018. Não participou na aprovação a senhora Vereadora Dulce Santos por não ter estado presente nesta reunião. ----------

---

PONTO 4 – INFORMAÇÕES

--- O senhor Presidente prestou as seguintes informações: ----------

--- Tivemos a visita, em S. João da Madeira, da Senhora Secretária de Estado da Indústria. Tivemos também a celebração, em S. João da Madeira, do Dia do Comando Distrital da PSP, no dia um de março, com a presença da Senhora Secretária de Estado da Administração Interna. Paralelamente a isto, na Sala dos Fornos realizou-se o Festival das Lanternas, no âmbito da promoção da atividade do Mandarim, uma iniciativa em que cooperamos com o Instituto Confúcio da Universidade de Aveiro. No Pavilhão das Travessas realizou-se, no fim-de-semana, o Campeonato Nacional de Ténis de Mesa, iniciativa que veio este ano para S. João da Madeira, nos dois anos anteriores tinha estado em Santa Maria da Feira, creio que foi um êxito, o torneio foi transmitido por uma estação de televisão por cabo, recebemos inúmeros visitantes, o agrado do participantes foi generalizado e creio que estamos todos muito satisfeitos por termos acolhido esta importante prova desportiva. ----------

--- Os senhores Vereadores também ficam informados que na sexta-feira teremos a visita, a S. João da Madeira, do Senhor Primeiro-Ministro, no âmbito de um roteiro

que o mesmo está a fazer para divulgar ações de inovação, visitará o Centro Tecnológico de Calçado e almoçará na Sala dos Fornos. Todos os senhores Vereadores estão convidados para acompanhar a visita. E no sábado teremos a presença também, entre nós, do Senhor Embaixador do Estado de Israel para visitar as exposições que estão no Museu da Indústria da Chapelaria e no Museu do Calçado de artistas israelitas. ----------

--- Mais informou o senhor Presidente: fomos notificados, recentemente, de um Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo referente a um processo do ano de dois mil e treze, estava em causa uma ação proposta pelo Ministério Público para impugnar uma norma de um regulamento municipal de dois mil e dez, o artigo 14-A, que atribuía à Câmara Municipal competência para processar multas de trânsito por violação das regras de estacionamento nas zonas de estacionamento limitado. Tratava-se de uma norma de um regulamento municipal do ano dois mil e dez, o Ministério Público intentou uma ação para que fosse declarada a nulidade dessa norma, invocando que, à luz da legislação em vigor à data da feitura do regulamento, as câmaras municipais não tinham competência para instaurar as contra ordenações em causa. O Supremo Tribunal Administrativo decidiu dar provimento à ação e foi declarada a ilegalidade dessa norma. Todavia, ocorreu uma alteração ao Código da Estrada, em dois mil e catorze, foi alterado o artigo 169º do Código da Estrada, artigo esse, que veio permitir a atribuição de competência às câmaras municipais para instaurar processos de contraordenação. A Câmara Municipal de S. João da Madeira, em obediência aos pressupostos que estão estipulados nesse artigo, levou a cabo os procedimentos necessários para ter essa competência e hoje a Câmara Municipal pode desempenhar essa competência porque está inscrita no SCOT-Sistema de Contraordenações da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária e pode dispor dos seus serviços de fiscalização

e de instauração de contraordenações. Eu queria mencionar este aspeto porque a forma como foi divulgada a informação em torno desse acórdão pode confundir a opinião pública e é importante frisar o seguinte: não cessou para nós o dever de pagar o estacionamento em zonas de estacionamento de duração limitada, neste momento, se a Câmara ainda não tem montado os seus serviços de fiscalização, a PSP pode fiscalizar o cumprimento da lei, instaurar processos de contraordenação, os quais serão processados pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária. A PSP vai intensificar os seus processos de fiscalização do cumprimento das regras do estacionamento em S. João da Madeira, levando a cabo iniciativas mais regulares de fiscalização do cumprimento da legalidade. ----------

Este Acórdão não altera as regras que atualmente estão em vigor e, como disse – é importante salientar isto para a opinião pública - não cessou em S. João da Madeira o dever de pagamento do estacionamento à superfície em zonas de estacionamento de duração limitada e a PSP vai intensificar em S. João da Madeira, de forma mais regular, a fiscalização do cumprimento do dever de pagamento do estacionamento à superfície. As pessoas que estavam habituadas a não cumprir esse dever e esse encargo, é bom que fiquem cientes que a Polícia de Segurança Pública vai reforçar a sua ação de fiscalização. ----------

— O senhor Vereador Paulo Cavaleiro interveio, dizendo: O processo, desde a alteração legislativa, implicou um conjunto de alterações e uma necessidade de capacitação dos fiscais municipais, que demorou bastante tempo a concretizar, sobretudo por causa de atrasos de ordem legislativa. Entretanto, a concessão termina e a Câmara Municipal fica novamente responsável pela gestão do estacionamento à superfície e, a partir desse momento, as coisas aqui em S. João da Madeira sabem-se depressa, portanto, havia uma relação quando era a empresa que estava a fazer a fiscalização e a partir do momento que passou a ser o

Município ficámos inibidos dalgumas ações que a empresa desenvolvia e sobretudo em acordo com a PSP. ----------

Efetivamente, neste momento, há um problema porque as pessoas querem estacionar e não têm estacionamento de proximidade e isso é muito penalizador para o comércio e para as pessoas em geral. Este é um assunto que a Câmara devia agarrar com as duas mãos para tentarmos desbloquear a situação. ----------

Como disse, e bem, a questão que veio a público sobre esse parecer tinha a ver com uma legislação anterior, não tinha a ver com esta questão em concreto atual. Por uma gestão do tráfego e do estacionamento na cidade, é importante que, o mais depressa possível, passemos a ter uma fiscalização regular e permanente na cidade, de preferência como o modelo que existia em que nos parcómetros quem não cumpria podia pagar voluntariamente no próprio dia o montante correspondente a um dia de estacionamento. Esta é uma matéria importante, sobretudo pela questão da regularização. É verdade que há uma receita também que a câmara tem com esta questão, que está a ser muito menor do que o que era, mas que eu também dava aqui uma sugestão ao senhor Presidente que aplicasse essa receita na promoção do comércio tradicional, acho que a Câmara devia afetar essa receita, que é uma receita de gestão, para melhoria do comerciante, mas também para que o comerciante perceba que é importante para ele ter os lugares disponíveis e não estarem ocupados, que os lugares de estacionamento rodem, mas que essa receita possa ser reinvestida em soluções que permitam uma maior promoção, dinâmica e outras soluções que são necessárias para o comércio tradicional poder competir com outras superfícies que têm estacionamento gratuito, mas que têm uma lógica de funcionamento diferente. Nós hoje sabemos muito bem que muitas vezes com alguns eventos é possível que o comércio tradicional tenha uma rentabilidade, nesses momentos, que muitas vezes ultrapassam a dinâmica

do dia-a-dia. Isso está provado em vários sítios que é assim e, portanto, acho que era um sinal positivo da nossa parte de garantimos que somos eficazes, que as coisas estão a funcionar e que as pessoas têm sítio para estacionar, mas, ao mesmo tempo também, beneficiamos com a iniciativa aqueles que precisam desse apoio porque têm uma luta diferente e desigual. ----------

--- O senhor Presidente comentou: Quanto à questão da consignação da receita a ações de promoção do comércio tradicional, não tenho condições para fazer um juízo neste momento sobre essa matéria. A receita tem vindo a diminuir significativamente porque há muito tempo que não há fiscalização e instalou-se a prática de não cumprir. Nós, de facto, abordámos a PSP justamente para sensibilizar, solicitar um empenhamento especial nesta matéria e a PSP foi sensível à argumentação e creio que já estão a decorrer ações de fiscalização. Nós encaramos esta solução como uma solução de recurso e estamos a pensar com muita cautela e profundidade em soluções de natureza definitiva. O que, de facto, tem que existir é a fiscalização a todo o tempo, foi isso que nós agora procurámos acautelar. ----------

---

PONTO 5 – OPERAÇÃO DE REPARCELAMENTO DA AMPLIAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DAS TRAVESSAS PARA SUL – PROJETO DE ALTERAÇÃO

--- Relativamente a este assunto, o senhor Presidente informou que ia retirar este ponto da Ordem de Trabalhos, e explicou o que estava aqui em causa: Esta operação esteve completamente pronta para registo, já na sequência de uma deliberação camarária que se tomou neste mandato, e após esse registo dos novos lotes estavam criadas as condições para vender os lotes para que os proprietários pudessem iniciar as operações de construção. Sucede que a senhora Conservadora, quando estava a fazer o registo depois de tudo verificado, de tudo

analisado, de tudo estar pronto para registo, constatou que estava registado um ónus num dos artigos que deu origem a um destes novos lotes. Devido à existência deste ónus que foi registado em setembro de dois mil e dezassete, e de cujo registo só tive conhecimento há pouquíssimo tempo, por informação da própria Conservatória, a senhora Conservadora recusou o registo. Nós reagimos a essa recusa requerendo o registo com base numa argumentação que vos foi facultada, a senhora Conservadora manteve a sua posição e nós já demos entrada em tribunal de uns embargos de terceiros para tentar remover esse ónus. O que é verdade é que a existência desse ónus no artigo predial que desaparecerá com este registo é um obstáculo ao registo da operação. ----------

Este é um processo muito antigo e que nós estamos empenhados em levar a bom porto, já deu entrada uma ação no tribunal para tentar expurgar esse ónus que foi registado num dos prédios. ----------

---

PONTO 6 – PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS (AJUSTE DIRETO)

— Presentes os documentos do procedimento por ajuste direto referente à contratação de Auditor Externo, para apreciação e submissão à Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos do disposto no nº 1 do artigo 77º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro. ----------

— Na apresentação do assunto, o senhor Presidente explicou que o Revisor Oficial de Contas é escolhido por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara. Foi enviado para todos os senhores Vereadores todos os documentos instrutórios do processo e obviamente que primeiro será aqui proposto o nome, depois será deliberado em Assembleia Municipal e só depois é que será feito o contrato de ajuste direto com o Revisor escolhido. Os serviços propuseram a

manutenção do Revisor que atualmente trabalha com a Câmara Municipal há quatro anos, por um período de mais dois anos. Entendeu-se que, neste momento, os Revisores têm um conhecimento aturado do funcionamento da Câmara e que se justifica manter a relação com os mesmos. O que é proposto é que a Câmara delibere propor à Assembleia Municipal a contratação dos atuais Revisores Oficiais de Contas, Palm & Cambão e Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas. ----------

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter à Assembleia Municipal a nomeação de Auditor Externo "Palm, Cambão & Associado – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda". ----------

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -------

---

PONTO 7 – PROPOSTA DO PSD/CDS-PP – CANTINAS SOCIAIS

--- Presente uma proposta dos senhores Vereadores da Coligação PSD/CDS-PP, sobre o assunto referido em título, com o seguinte teor: ----------

- "Como é do conhecimento público, o Governo está a substituir o modelo de cantinas sociais pela distribuição de cabazes alimentares aos mais carenciados, recorrendo para isso ao Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas Mais Carenciadas (FEAD). O fundo contribui para a realização do objetivo específico de atenuação das formas mais graves de pobreza através da prestação de assistência não financeira às pessoas mais carenciadas, da concessão de alimentos e/ou de assistência material de base e da realização de atividades de inclusão social vocacionadas para a integração social de pessoas nessas condições. ----------

Os beneficiários recebem cabazes alimentares, que integram na sua composição carne, peixe e legumes congelados, com o objetivo de cobrir necessidades nutricionais diárias em 50%. ----------

Segundo o Governo, as cantinas sociais, que já existem há muitos anos, eram essencialmente dirigidas à população sem-abrigo ou a pessoas que não pudessem confecionar os seus alimentos. Daquilo que percebemos das intenções do Governo é que tencionam descontinuar, de uma forma gradual, as cantinas sociais integradas no Programa de Emergência Alimentar (PEA) e que nunca foram concebidas como uma resposta social. ----------

Recorde-se que o Programa de Emergência Alimentar constituiu em 2011 uma Rede Solidária de Cantinas Sociais em todo o país, assegurando que são providenciadas duas refeições diárias, de forma continuada durante todo o ano, a todas as famílias que se dirijam às instituições de solidariedade social. No caso de S. João da Madeira, são atualmente 30 as pessoas beneficiárias desta situação, que está a ser levado a cabo pela Santa Casa da Misericórdia, mas já foram mais. No entanto, as notícias vindas recentemente a público têm-nos deixado preocupados, pois diversas cantinas sociais estão a encerrar, fruto da indecisão quanto à renovação de protocolos. Os atrasos verificados, provocados pelo Instituto da Segurança Social quanto à renovação de contratos, está a levar algumas instituições a desistirem de disponibilizar as refeições aos mais carenciados. -------

A juntar a esta indecisão, verifica-se ainda a lamentável "burocracia" associada ao processo de distribuição dos cabazes alimentares, que suscita outro problema, porque não contêm todos os alimentos previstos. ----------

Os cabazes alimentares devem ter um conjunto de 19 alimentos para as pessoas confecionarem em casa. Acontece que, a atribuição destes cabazes tarda a chegar ao terreno. E mesmo os que chegam, não contêm todos os alimentos previstos. Tal situação decorre do facto de algumas empresas terem contestado os concursos públicos abertos para esse efeito, o que significou que os mais carenciados ficassem sem legumes e enlatados. ----------

Na verdade, o novo programa de distribuição de cabazes alimentares aos mais carenciados está a desenvolver-se no terreno com dificuldades, quer pelos atrasos, quer pela falta de produtos que não estão a chegar aos mais carenciados por terem sido impugnados judicialmente. Pelo que, ao que sabemos, não estão a ser distribuídos cereais de pequeno-almoço, sardinha e atum em lata e legumes congelados. ----------

Por outro lado, podendo esta ideia dos cabazes ser bem intencionada, é bom de ver que a mesma não cobre pessoas que têm problemas graves ao nível da capacidade de cozinharem os alimentos em casa e/ou dificuldades no pagamento das despesas como gás. Bem como casos em que vivem em pensões e estando confinados apenas ao espaço de um quarto. Sabemos que há beneficiários das cantinas sociais que dificilmente terão a possibilidade de outro tipo de apoio. ——

Por tudo isso, e atendendo ao contexto social e económico que a sociedade portuguesa vivencia, os vereadores da coligação PSD/CDS, sensíveis a estas dificuldades, mostram-se preocupados com a possibilidade da Santa Casa da Misericórdia de São João da Madeira poder vir a deixar de fornecer esse serviço a 30 Sanjoanenses, por falta de acordo com o Estado. ----------

É sabido que, o Instituto da Segurança Social noticiou a manutenção em funcionamento da Cantina Social até 30 de junho de 2018. Não obstante esta garantia, o número de refeições protocoladas com aquele organismo e a Santa Casa da Misericórdia de São João da Madeira poderá ser reduzido a partir de abril de 2018. ----------

Sabemos que a solução dos cabazes alimentares é insuficiente e exclui grande parte dos beneficiários da Cantina Social que não têm onde confecionar as suas refeições. Estamos a falar de Sanjoanenses muito expostos à pobreza. Não podemos, pois, aligeirar as nossas responsabilidades. Temos que garantir que em

São João da Madeira ninguém passa fome. Esta é, para nós, uma das principais prioridades de qualquer gestão pública. ----------

E nesse sentido, os vereadores da coligação PSD/CDS gostariam de propor que:

1. a Câmara Municipal avalie, junto das Instituições de Setor Social e Solidário da nossa cidade, se todos os carenciados estão a receber as suas refeições; ---------

2. caso tal não se verifique, a Câmara Municipal apoie complementarmente para os alimentos que não estejam no cabaz alimentar e/ou as refeições que não estejam a ser prestadas; ----------

3. Se os apoios às Cantinas Sociais cessarem definitivamente, ou caso se venha a verificar um aumento de situações que necessitem deste tipo de apoio, a Câmara Municipal assuma essa responsabilidade perante estas Instituições, em articulação com a Tutela, na defesa dos Sanjoanenses mais carenciados." ----------

--- Presente também o parecer da Chefe de Divisão de Ação Social e Inclusão, Célia Silva, sobre a proposta supra, com o seguinte teor: ----------

- "Acompanhamos de perto a implementação de duas Cantinas Sociais, criadas no âmbito do Programa de Emergência Alimentar (PEA) do Governo, em julho de 2012, respostas que de resto foram formalmente apresentadas em plenário do Conselho Local de Ação Social da Rede Social de S. João da Madeira pelo Sr. Diretor do Centro Distrital de Segurança Social de Aveiro. ----------

Assim, quer a Santa Casa da Misericórdia de S. João da Madeira, quer a Associação do Centro de Apoio aos Idosos Sanjoanenses – ACAIS, passaram a dispor da resposta de Cantina Social com capacidade para 100 e 80 refeições diárias, respetivamente. Estas instituições manifestam agora a sua legítima preocupação com o anunciado encerramento destas respostas, cujos protocolos de cooperação já foram revistos e alterados com diminuição do número de refeições e sobretudo com a substituição destes apoios pela distribuição de

alimentos através do Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas Mais Carenciadas (FEAC). Esta preocupação foi já formalmente colocada por este Município ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, através do nosso Ofício nº 002682, datado de 31 de agosto de 2017, tendo por base o facto de as instituições particulares de solidariedade social do concelho serem parceiros privilegiados na estratégia de intervenção do Município, constituindo-se por isso comuns as aspirações, as necessidades e as preocupações. ----------

Se é certo que a implementação das Cantinas Sociais surgiu num contexto de profunda crise económica e social do país e enquadrada num programa mais vasto de emergência social nacional, com limite de execução e duração bem definido, também o Concelho de S. João da Madeira, em sede de CLAS da Rede Social, apontava, há muito, a necessidade de se criar uma resposta de Cantina Social no concelho, por via da cooperação institucional com o Estado Central, para dar resposta aos cidadãos sem abrigo e aqueles que, tendo um teto, não dispõem de condições para confecionar refeições. O facto é que, estando justificada a necessidade de uma Cantina Social no concelho já no Plano de Desenvolvimento Social em 2009, nunca nenhuma instituição mostrou interesse em avançar com o projeto. ----------

Presentemente, e até junho de 2018, a Santa Casa da Misericórdia mantém acordo para fornecimento de 42 refeições diárias abrangendo 21 beneficiários, por outro lado a ACAIS tem acordo até ao final do próximo mês de março para 16 refeições diárias, mas só serve 8, efetivamente. ----------

Nesta altura, e depois de experienciada a resposta social de cantina social, confirmada a sua necessidade pela eficiência da resposta a cidadãos sem abrigo ou sem condições para confecionarem as suas refeições, é facilmente comprovado

que o Programa FEAC, agora instalado, de distribuição de alimentos, não responde de todo a este grupo de população. ----------

Assim, é nosso parecer que encerrar uma resposta há muito reconhecida como necessária no concelho, simplesmente porque a sua implementação se materializou no seio do Programa de Emergência Alimentar e não no regime da cooperação tipificada entre IPSS e Estado, é inaceitável. ----------

É nosso parecer que devem ser diligenciados esforços de negociação política para garantir a constituição protocolar da resposta em causa, no âmbito da cooperação, ou, caso não seja de todo possível em tempo útil, equacionar que o Município possa assegurar ou comparticipar no pagamento das refeições em número razoável e que cubra a população com a especificidade atrás descrita. ----------

Para a tomada de decisão deve ter-se em conta os seguintes valores: ----------

- Preço por refeição pago pela Segurança Social – 2,50€; ----------

- Número mínimo de pessoas a contemplar – 20." ----------

--- Na apresentação do assunto, o senhor Presidente referiu: Queria sinalizar que numa reunião de trabalho que tivemos com a Santa Casa da Misericórdia falámos desta questão, esta questão foi-nos sinalizada e nessa altura, perante a Santa Casa da Misericórdia, assumimos o seguinte princípio: nós temos um programa de emergência social, não há maior emergência social do que a carência alimentar, e nós iremos, em articulação com a Santa Casa da Misericórdia, com base no nosso programa de emergência social, assegurar que, de facto, nenhuma pessoa em S. João da Madeira tenha necessidade do foro alimentar. Isso seria completamente inadmissível que sucedesse em S. João da Madeira. A Santa Casa da Misericórdia sinalizou-nos o problema que está mencionado na proposta do PSD/CDS, nós, de facto, temos essa abertura, o teor desta proposta vai justamente neste sentido e eu votarei a favor desta proposta. ----------

--- A senhora Vereadora Dulce Santos interveio, dizendo: Esta nossa proposta sobre as cantinas sociais surge, como é sabido, da substituição, por parte do Governo, do modelo das cantinas sociais para a distribuição de cabazes alimentares aos mais carenciados. Neste momento temos em S. João da Madeira - e recorro também ao parecer da Divisão de Ação Social - duas instituições de solidariedade social, a Santa Casa da Misericórdia e a ACAIS, que fazem este trabalho. E recorrendo aos números, temos vinte e nove pessoas neste momento que usufruem destas refeições, num total de cinquenta e oito refeições diárias. De salientar que este número também diminuiu, considerando o que estava previsto inicialmente. Como já foi referido também, a proposta de distribuição de cabazes não está a decorrer da melhor forma porque sabemos que há atrasos nesta distribuição, sabemos que há falta de produtos e existem também problemas graves de pessoas que não têm capacidade para confecionar as refeições. Acrescentando ainda que temos em S. João da Madeira pessoas que vivem num quarto de pensão social e que não têm uma cozinha onde possam confecionar os alimentos que poderão vir a ser distribuídos através dos cabazes. Com o encerramento destas cantinas sociais, se isso acontecer é preocupante para nós e daí termos feito esta proposta. Valorizamos o parecer que foi apresentado pela Divisão de Ação Social e consideramos que é importante garantirmos que não exista nenhum sanjoanense que passe fome ou que seja privado destas refeições. Lembramos também a importância de haver um diagnóstico das situações e um acompanhamento permanente. Salientamos também que consideramos que este número não pode ser fixo, não pode ser estanque, porque há situações variáveis, ou seja, podem surgir novos casos e estarmos a limitar a um número específico tem que ser sempre alvo de análise. Queremos reforçar é que não queremos que existam sanjoanenses a passar fome e que a bom tempo a Coligação PSD/CDS

trouxe este assunto para que seja da melhor forma tratado. Teremos que garantir então que o poder local em S. João da Madeira tome este assunto como prioritário. --- O senhor Presidente afirmou: pode ter a certeza de que isso vai acontecer. ----- --- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. ---------- --- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -------

---

PONTO 8 – PROTOCOLO E SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO "É BOM VIVER"

--- Relativamente a este assunto, o senhor Presidente informou que iria também retirar este ponto e esclareceu: Procedemos a este agendamento porque deram-nos a informação de que uma minuta de protocolo de dois mil e cinco não previa a sua renovação automática, mas, posteriormente surgiu um outro protocolo datado de dezembro de dois mil e cinco, que veio à reunião de Câmara, que já tinha uma cláusula de renovação automática. Existindo um protocolo em vigor, com cláusula de renovação automática, está coberta a possibilidade de a Câmara, à semelhança do que foi feito em anos anteriores, fazer o processamento e o pagamento do subsídio. Já dei hoje instruções aos serviços para ser feito o processamento do pagamento mensal que era feito à associação. ----------

--- O senhor Vereador Paulo Cavaleiro interveio dizendo: Esta forma de envolver os seniores sobretudo da Associação É Bom Viver no próprio desenvolvimento e na gestão das suas atividades é um princípio importante. Nós sempre entendemos que havendo uma instituição que é basicamente composta por seniores, que surge também curiosamente por um programa, sobretudo das aulas de hidroginástica, que existiu e foi dali que nasceu esta instituição, entendemos que era importante que ela tivesse uma dinâmica inicial porque só tem estas responsabilidades, é a responsabilidade de gerir dois espaços, um no Centro Coordenador de Transportes e outro junto ao Quartel Sede dos Bombeiros Voluntários, que são cedidos pela

Câmara Municipal e com o apoio da Câmara, como é óbvio, mas com uma gestão autónoma. Foi assim que nasceu o Programa Movimentar e Refrescar na Idade Sénior, com duas caraterísticas, uma mais desportiva e outra mais lúdica, mas também com uma característica importante, por exemplo, introdução do Boccia nos seniores. Tive intervenção concreta nessa ação porque também tive a oportunidade de fazer formação nesta área e quando os seniores ainda não eram muito praticantes desta dinâmica e trazer para cá durante muitos anos a Taça de Portugal. São projetos interessantes, podem ser complementados e terem mais atividades, mas já temos aqui uma estrutura muito interessante e muito consolidada que eu acho que a Câmara deve manter e deve continuar a apoiar e não cair na tentação de querer ser a Câmara a gerir o processo. Esta forma de os responsabilizar pela gestão dos seus próprios programas acaba também por trazer uma dinâmica muito importante à cidade em si. E sabemos também que eles estão sempre disponíveis para participar, para colaborar e para estar ativamente na vida da nossa comunidade, já são um marco, uma tradição e, portanto, acho que é importante continuarmos com estes projetos. É verdade que a realidade também evoluiu muito nos últimos anos, aquilo que era uma coisa muito residual hoje existe mais gente a participar. Lembro também que o ano passado lançámos, pela primeira vez, a Semana Sénior, no sentido de mostrar toda a oferta que existe na cidade nesta área, porque há muita gente que tem que ser atraída para participar e ter conhecimento das iniciativas. A Semana Sénior teve esse contributo, é uma iniciativa que a Câmara deve repetir porque manter estes cidadãos ativos, em movimento, em grupo, com as suas dinâmicas, é muito importante e só se faz com iniciativa. Felizmente, nós já temos uma diversidade grande e podemos ter sempre mais e assim é que deve ser. ----------

---

PONTO 9 – ADIANTAMENTO DO SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA SANJOANENSE

— Presente uma proposta do senhor Vereador Pedro Silva, sobre o assunto indicado em título, com o seguinte teor: ----------

- "A Associação Desportiva Sanjoanense celebra anualmente com o Município de S. João da Madeira um contrato-programa de desenvolvimento desportivo, cuja vigência cessa normalmente a 31 de dezembro do ano respetivo. ----------

Estando de momento o processo de candidaturas ao contrato-programa de desenvolvimento desportivo de 2018 a decorrer, não se prevê que tais contratos produzam efeitos antes do dia 15 de março. ----------

A Associação Desportiva Sanjoanense, no sentido de dar provimento a compromissos financeiros até à data da celebração do novo contrato-programa, solicitou, por ofício de 20 de fevereiro de 2018, um adiantamento das verbas mensais que previsivelmente lhe serão destinadas nesse novo contrato-programa.

Assim, coloco à consideração da Câmara Municipal o adiantamento, a título extraordinário e sujeito a acertos, do pagamento do subsídio previsivelmente concedido em futuro Contrato-Programa, na sua forma mensal com o valor de 18.135,63 Euros (de acordo com os valores respeitantes ao ano de 2017) para o mês de março." ----------

— Presente também o despacho do senhor Presidente, de 01 de março de 2018, com o seguinte teor: "Concordo. À reunião de Câmara para ratificar." ----------

— A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta e ratificar o despacho do senhor Presidente, de um de março de dois mil e dezoito. ----------

— Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -------

---

S. João da Madeira
Câmara Municipal

--- E NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, FOI PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ENCERRADA A REUNIÃO, ERAM QUINZE HORAS E CINQUENTA E CINCO MINUTOS. ----------

--- PARA CONSTAR E DEVIDOS EFEITOS SE LAVROU A PRESENTE ATA, QUE VAI SER ASSINADA, E EU, MARIA MADALENA SOARES DE PINHO, SERVINDO DE SECRETÁRIA, A REDIGI E SUBSCREVO. ----------

Maria Madalena Soares de Pinho